



1º Simulado do Curso Popular de Formação de Defensoras e Defensores Públicos - 9/12/2016.

Instruções:

1. O Simulado contém 56 questões referentes às matérias ministradas no primeiro modulo do Curso (Direito Civil, Processo Civil, Direito Penal, Criminologia, Processo Penal, Direito da Infância e Juventude, Filosofia e Sociologia e Direitos Humanos).
2. O intuito desta prova é simular, do modo mais fidedigno possível, a prova da primeira fase da DPESP. Como temos menos questões (e menos matérias), o tempo de prova será de 2h e 51 minutos (proporcional ao tempo de 4h30 para 88 questões na prova da DPESP).
3. Durante a prova é proibida a consulta a qualquer material. Da mesma forma, é proibida a comunicação entre os alunos, ainda que sobre assuntos alheios à prova. Ainda, os celulares e equipamentos eletrônicos devem permanecer desligados. Lembre-se: estamos simulando uma situação de prova da DPESP.
4. É permitido levantar para ir ao banheiro e tomar água.
5. Como todos sabem, nosso curso se baseia na colaboração e no senso de responsabilidade dos alunos. Desta maneira, não haverá fiscal durante a realização da prova. Todos são responsáveis pela “fiscalização” do cumprimento das regras estabelecidas nos itens anteriores – os maiores interessados no simulado são vocês, alunos.
6. Ao final, o aluno deverá transcrever sua resposta para o gabarito que se encontra na última folha deste caderno. O caderno de questões poderá ser levado para casa, e o gabarito deverá ser depositado em um envelope que ficará na sala.
7. O gabarito oficial será divulgado na semana seguinte, via Whatsapp.
8. Desejamos a todas e todos uma ótima prova!

Atenciosamente,

Coordenação do curso.



Direito da Infância e da Juventude.

Questão 1 - Assinale a alternativa correta, a respeito das entidades de atendimento, governamentais e não-governamentais, referidas no art. 90 do ECA:

- a) Serão fiscalizadas pelo Judiciário, pelo Ministério Público e pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.
- b) Seus planos de aplicação e as prestações de contas serão obrigatoriamente apresentados ao Município.
- c) Responderão pelos danos que seus agentes causarem às crianças e aos adolescentes, caracterizado o descumprimento dos princípios norteadores das atividades de proteção específica.
- d) Deverão proceder à inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento, no Conselho Tutelar, o qual manterá registro das inscrições e de suas alterações, do que fará comunicação à autoridade judiciária.
- e) Os programas em execução serão reavaliados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no máximo, a cada 6 (seis) meses.

Questão 2 - Sobre o Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa incorreta:

- a) A garantia dos direitos de crianças e adolescentes se fará, no Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, dentre outras, através da linha estratégica da efetivação dos instrumentos normativos próprios, tais quais as Instruções normativas dos Tribunais de Contas e de outros órgãos de controle e fiscalização.
- b) O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente fomentará a integração do princípio do interesse superior da criança e do adolescente nos processos de elaboração e execução de atos legislativos, políticas, programas e ações públicas, bem como nas decisões judiciais e administrativas que afetem crianças e adolescentes.
- c) O controle das ações públicas de promoção e defesa dos direitos humanos da criança e do adolescente se fará através das instâncias públicas

colegiadas próprias, onde se assegure a paridade da participação de órgãos governamentais e de entidades sociais, enquadrando-se no eixo do controle da efetivação dos direitos da criança e do adolescente o Conselho Tutelar.

d) O eixo estratégico da promoção dos direitos humanos de crianças e adolescentes operacionaliza-se através do desenvolvimento da "política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente", prevista no artigo 86 do ECA, que integra o âmbito maior da política de promoção e proteção dos direitos humanos, sendo que o desenvolvimento dessa política implica, dentre outros fatores, na descentralização política e administrativa, cabendo a coordenação das políticas e edição das normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dessas políticas e dos respectivos programas às esferas estadual, Distrital e municipal, bem como às entidades sociais

e) O eixo da defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes caracteriza-se pela garantia do acesso à justiça, ou seja, pelo recurso às instâncias públicas e mecanismos jurídicos de proteção legal dos direitos humanos, gerais e especiais, da infância e da adolescência, para assegurar a impositividade deles e sua exigibilidade, em concreto, incluindo-se nesse eixo a polícia civil judiciária e a polícia militar.

Questão 3 - De acordo com as normativas de atenção psicossocial dispostas na Lei 10.216/01 e nas Portarias 1.190/09 e 130/12 do Ministério da Saúde, assinale a alternativa incorreta:

- a) São direitos da pessoa portadora de transtorno mental, dentre outros: ter acesso ao melhor tratamento do sistema de saúde, consentâneo às suas necessidades; ter livre acesso aos meios de comunicação disponíveis; ser tratada, preferencialmente, em serviços comunitários de saúde mental.
- b) A internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes, mediante laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos, em instituições com características asilares,



tendo como finalidade a reinserção social do paciente em seu meio.

- c) A atenção integral ao usuário no CAPS AD III inclui, dentre outras, a atividade de oferta de medicação assistida e dispensada.
- d) Nos casos em que se destinar a atender crianças e adolescentes, exclusivamente ou não, o CAPS AD III deverá se adequar ao que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- e) As ações do Plano Emergencial de Ampliação do Acesso ao Tratamento e Prevenção em Álcool e outras Drogas no Sistema Único de Saúde - SUS (PEAD 2009 - 2010) devem se orientar, dentre outras diretrizes gerais, pela estratégia de redução de danos que toma como base as condições e possibilidades do usuário do SUS, em vez de partir do que os serviços oferecem.

Questão 4 - Sobre as medidas socioeducativas, assinale a alternativa incorreta:

- a) Para o cumprimento da liberdade assistida, a autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.
- b) O regime de semi-liberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.
- c) A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração.
- d) Durante o período de internação, inclusive provisória, serão obrigatórias atividades pedagógicas.
- e) A medida socioeducativa de internação só poderá ser aplicada, respeitado o princípio da brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, pelo período máximo de 3 (três) anos, quando: I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves; III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

Questão 5 - A respeito do processo de colocação de criança ou adolescente em família substituta, assinale a alternativa correta:

- a) A sentença que destituir ambos ou qualquer dos genitores do poder familiar fica sujeita a apelação, que deverá ser recebida no efeito devolutivo e suspensivo.
- b) A condenação criminal do pai ou da mãe não implicará, em nenhuma hipótese, a destituição do poder familiar.
- c) A medida de destituição do poder familiar poderá ser decretada apenas pela autoridade judiciária, competindo ao Conselho Tutelar, ouvido sempre o adolescente e, quando possível, a criança, se o caso, aplicar a medida protetiva de guarda provisória a um dos pais.
- d) Se os pais forem falecidos, tiverem sido destituídos ou suspensos do poder familiar, ou houverem aderido expressamente ao pedido de colocação em família substituta, este poderá ser formulado diretamente em cartório, em petição assinada pelos próprios requerentes, dispensada a assistência de advogado.
- e) Será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável, cuja autorização deverá ser deferida pelo juiz das Execuções Criminais.

Questão 6 - Sobre o processo de responsabilização de adolescente pela prática de ato infracional, assinale a alternativa incorreta:

- a) Conforme as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Elaboração de Medidas não Privativas de Liberdade (Regras de Tóquio), o insucesso de uma medida não privativa de liberdade não deve conduzir automaticamente a uma medida de prisão. Em caso de modificação ou de revogação da medida não privativa de liberdade, a autoridade competente deve se esforçar por encontrar uma solução de substituição adequada. Uma pena privativa de liberdade só pode ser pronunciada se não existirem outras medidas adequadas.



b) Conforme as Diretrizes das Nações Unidas para Prevenção da Delinquência Juvenil (Diretrizes de Riad), o pessoal, de ambos os sexos, da polícia e de outros órgãos de justiça deverão ser capacitados para atender às necessidades especiais dos jovens; essa equipe deverá estar familiarizada com os programas e as possibilidades de remessa a outros serviços, e devem recorrer a eles sempre que possível, com o objetivo de evitar que os jovens sejam levados ao sistema de justiça penal.

c) Conforme as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça, da Infância e da Juventude (Regras de Beijing), sempre que possível, a prisão preventiva será substituída por medidas alternativas, como a estricta supervisão, custódia intensiva ou colocação junto a uma família ou em lar ou instituição educacional.

d) Conforme as Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras (Regras de Bangkok), uma vez separadas as crianças de suas mães e colocadas com familiares ou parentes, ou sob outras formas de cuidado, serão oferecidas às mulheres presas o máximo de oportunidades e condições para encontrar-se com seus filhos e filhas, quando estiver sendo atendido o melhor interesse das crianças e a segurança pública não for comprometida.

e) Conforme a Convenção sobre os Direitos da Criança, os Estados Partes deverão zelar para que todo adolescente privado de liberdade seja tratado com a humanidade e o respeito que merece a dignidade inerente à pessoa humana, e levando-se em consideração as necessidades de uma pessoa de sua idade. Em especial, todo adolescente privado de sua liberdade deverá ficar separada dos adultos e lhe será garantido o direito a manter contato com sua família por meio de correspondência ou de visitas, tendo em vista a vedação da incomunicabilidade.

Questão 7 - A Constituição Federal consagra em seu art. 227, caput, o princípio da prioridade absoluta, cuja observância é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Estado. Este princípio rege as políticas públicas destinadas à infância e juventude e garante a precedência do atendimento nos serviços públicos ou de relevância jurídica. Assine a seguir o

que **não** representa a instrumentalização deste princípio no âmbito da Defensoria Pública:

a) A garantia de prioridade de atuação jurídico-processual nos procedimentos judiciais de competência da Justiça da Infância e Juventude e extrajudiciais a ele relacionados.

b) A garantia de uma ouvidoria externa especializada para atender as demandas da área da infância e juventude.

c) A obrigação de se promover o atendimento integral na área da infância e juventude em todas as comarcas onde estiverem instaladas Unidades da Defensoria Pública.

d) A proibição de provisionamento ou indicação de advogados conveniados com a Defensoria Pública em Comarcas onde houver unidades da Defensoria Pública.

e) Todas as alternativas anteriores representam a referida instrumentalização.

Questão 8 - Conforme o regramento constitucional e legal, a internação é medida excepcional e só pode ser aplicada nas hipóteses previstas no art. 122 do ECA. O inciso III do art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente trata da hipótese de internação-sanção, medida cabível em sede de execução, desde que preenchidos os seguintes requisitos:

a) Quando houver descumprimento reiterado e injustificado da medida anteriormente imposta, devendo ser fundamentada em parecer técnico e observar o devido processo legal, com audiência de justificação prévia, sendo que nesta hipótese a medida de internação não poderá ter prazo superior a 6 meses.

b) Quando houver descumprimento reiterado e injustificado da medida anteriormente imposta, devendo ser fundamentada em parecer técnico e observado o devido processo legal, sendo dispensável a oitiva do adolescente infrator, sendo que nesta hipótese a medida de internação não poderá ter prazo superior a 3 meses.

c) Quando houver descumprimento reiterado e injustificado da medida anteriormente imposta, devendo ser fundamentada em parecer técnico



e observado o devido processo legal, com audiência de justificação prévia, sendo que nesta hipótese a medida de internação não poderá ter prazo superior a 3 meses.

d) Quando houver descumprimento reiterado e injustificado da medida anteriormente imposta, desde que seja observado o devido processo legal, com audiência de justificação prévia, não havendo necessidade de parecer técnico, sendo que a medida de internação tem sempre prazo indeterminado, devendo apenas ser reavaliada no prazo máximo de 6 meses.

e) Quando houver descumprimento reiterado e injustificado da medida anteriormente imposta, devendo ser fundamentada em parecer técnico e observado o devido processo legal, com audiência de justificação prévia, sendo que nesta hipótese a medida de internação terá prazo de 3 meses.

Direitos Humanos.

Questão 9 - Analise as seguintes proposições referentes aos Defensores Públicos Interamericanos:

I – O Defensor Público Interamericano é um profissional designado para representar juridicamente as vítimas que não possuam representante jurídico, devendo ser indicado entre membros das Defensorias Públicas dos países cuja instituição seja parte na Associação Interamericana de Defensorias Públicas (AIDEP), conforme termo firmado entre esta e a Organização dos Estados Americanos (OEA).

II – Houve atuação dos Defensores Públicos Interamericanos nos casos Mohamed vs. Argentina, Furlan e Familiares vs. Argentina, Família Pacheco Tineo vs. Bolívia e Gomes Lund vs. Brasil, entre outros.

III – O Defensor Público Interamericano atua em ambas as etapas do procedimento de tutela dos direitos humanos no sistema interamericano, isto é, tanto na fase obrigatória perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos quanto na etapa eventual perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

IV – Não há previsão do Defensor Público Interamericano no Pacto de San José da Costa Rica, embora sua atuação encontre amparo no

Regulamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

V – A figura do Defensor Público Interamericano, prevista expressamente no Pacto de San José da Costa Rica, tem sua atuação atrelada aos casos de hipossuficiência econômica do peticionário.

Tendo em vista tais assertivas, estão **CORRETAS** as seguintes:

- a)** I e IV, apenas.
- b)** I, II e IV, apenas.
- c)** I, apenas.
- d)** III e V, apenas.
- e)** Nenhuma das anteriores.

Questão 10 - No que se refere às demandas envolvendo o Brasil perante o sistema interamericano de proteção dos direitos humanos, assinale a alternativa **CORRETA**:

a) Em todos os casos em que foi demandado perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, o Brasil foi considerado responsável por violações de direitos humanos, jamais tendo sido absolvido.

b) O Caso Gomes Lund e outros vs. Brasil, também conhecido como “Caso Guerrilha do Araguaia”, foi integralmente acolhido pelo Brasil, servindo de fundamento para as recentes responsabilizações penais dos autores de crimes de lesa-humanidade cometidos durante o período da ditadura militar brasileira.

c) O Caso Ximenes Lopes vs. Brasil constitui a primeira condenação sofrida pelo Brasil, versando sobre ao falecimento de um cidadão decorrente de maus tratos sofridos em hospital psiquiátrico da rede privada (Casa de Repouso Guarapés, em Sobral/CE) e a não apuração dos fatos pelo Estado.

d) Nos casos em que foi acionado perante o sistema interamericano, o Brasil jamais alcançou uma solução amistosa.

e) Uma das principais consequências do Caso Maria da Penha vs. Brasil, julgado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, foi a edição da Lei n. 11.340/2006.



Questão 11 - Relativamente ao peticionamento perante o sistema interamericano de proteção dos direitos humanos, assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) Constitui etapa obrigatória do procedimento interamericano o processamento da causa perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a qual somente pode atuar em face de Estados que ratificaram a Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

b) A Corte Interamericana de Direitos Humanos possui competência para editar medidas provisórias, conforme previsão expressa do Pacto de San José da Costa Rica, ao passo que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos edita medidas cautelares, atribuição esta prevista unicamente em seu próprio regulamento.

c) São requisitos para apreciação de casos perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos (i) o esgotamento dos recursos internos, (ii) a apresentação da petição em um prazo de seis meses, a contar do esgotamento dos recursos e (iii) a não configuração de litispendência ou coisa julgada na esfera internacional, cabendo ao Estado invocá-las, a título de exceção preliminar, na etapa perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, sob pena de incidência do princípio do *estoppel*.

d) Conforme previsão expressa da Lei Complementar Estadual n. 988/2006, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo pode acionar os órgãos que compõem o sistema interamericano de proteção dos direitos humanos.

e) As vítimas não podem apresentar petições imediatamente à Corte Interamericana de Direitos Humanos, a qual somente pode ser acionada por Estados-membros do Pacto de San José da Costa Rica e pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Questão 12 - “Juntamente com a Revolução Industrial, instaurou-se o Estado Capitalista Liberal. É o Estado do *laissez faire*, da não-intervenção, da liberdade de iniciativa e de contrato. É o Estado gendarme, cuja principal missão consistia em garantir a livre atuação das forças do mercado com fundamento na idéia de que, se todos defendessem os seus próprios interesses, o interesse coletivo seria automaticamente

defendido. É o Estado, enfim, no qual se privilegiava o Capital em detrimento do Trabalho, na medida em que a liberdade de iniciativa e de contrato para os assalariados, sem a tutela e a fiscalização estatal, significava apenas a liberdade de se colocarem sob o guante dos empregadores” (LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. *Proteção internacional dos direitos humanos na ordem interna e internacional*. Rio de Janeiro: Forense, 1984, p. 55-56).

Tomando por base o trecho acima, depreende-se do contexto histórico narrado pelo autor que ele dialoga com a seguinte geração/dimensão dos direitos humanos:

- a) Primeira geração/dimensão de direitos humanos.
- b) Segunda geração/dimensão de direitos humanos.
- c) Terceira geração/dimensão de direitos humanos.
- d) Quarta geração/dimensão de direitos humanos.
- e) Nenhuma das anteriores, tendo em vista que a classificação geracional foi abandonada pela doutrina, em razão das inúmeras críticas que lhe são opostas.

Questão 13 - No que tange aos mecanismos de proteção dos direitos humanos, assinale a alternativa **CORRETA**:

a) É possível a classificação dos mecanismos em (i) convencionais e (ii) extraconvencionais, constituindo exemplo de mecanismo extraconvencional o Comitê de Direitos Humanos.

b) A revisão periódica universal é instituto extraconvencional, desenvolvida no âmbito do Conselho de Direitos Humanos, a partir da Resolução n. 5/1, aprovada em 18/6/2007, tendo como uma de suas principais vantagens o fato de monitorar todos os Estados-membros da ONU e, ao seu final, resulta em determinações vinculantes para o Estado averiguado.

c) No Brasil, por meio da Lei n. 12.986/2014, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana foi transformado em Conselho Nacional dos Direitos Humanos, o qual atende todas as características estabelecidas pelos Princípios de Paris para sua configuração como uma Instituição Nacional de Direitos Humanos.



d) A previsão de que brasileiros natos não serão extraditados (CF, art. 5º, LI) não impede que o Brasil atue em cooperação com o Tribunal Penal Internacional, mediante o instituto da entrega (ou *surrender*), ainda que o pedido recaia sobre brasileiros natos.

e) O Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, órgão previsto pelo Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966, possui competência não só para apreciar relatórios encaminhados pelos Estados-parte sobre a situação de tais direitos em seu território, como, ainda, para examinar petições individuais, conforme Protocolo Facultativo ratificado pelo Brasil.

Questão 14 - Sobre os tratados que compõem o sistema onusiano de proteção dos direitos humanos, assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) O Brasil ratificou o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e, para implementar o Mecanismo Preventivo Nacional, editou a Lei n. 12.847/2013.

b) A Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial é expressa na adoção da teoria do impacto desproporcional.

c) O Brasil já sofreu condenação no âmbito do Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher, havendo o reconhecimento de que a má prestação de serviços médicos à Senhora Alyne Pimentel, durante o período de gestação, resultou na violação de seus direitos reprodutivos.

d) A decisão que reconhece a condição de refugiado tem caráter declaratório.

e) A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência introduz o conceito de “organizações de integração regional”, que são organizações constituídas por Estados-membros, às quais tenham sido delegadas atribuições envolvendo matéria disciplinada pela Convenção e podem exercer o direito de voto em proporção equivalente ao número de Estados-partes que as compõem.

Questão 15 - Considere a letra de música abaixo:

100% Feminista (part. Karol Conká)
MC Carol

“Presenciei tudo isso dentro da minha família
Mulher com olho roxo, espancada todo dia
Eu tinha uns cinco anos, mas já entendia
Que mulher apanha se não fizer comida
Mulher oprimida, sem voz, obediente
Quando eu crescer, eu vou ser diferente

Eu cresci
Prazer, Carol bandida
Represento as mulheres, 100% feminista
Eu cresci
Prazer, Carol bandida
Represento as mulheres, 100% feminista

Represento Aqualtune, represento Carolina
Represento Dandara e Xica da Silva
Sou mulher, sou negra, meu cabelo é duro
Forte, autoritária e às vezes frágil, eu assumo
Minha fragilidade não diminui minha força
Eu que mando nessa porra, eu não vou lavar a louça

Sou mulher independente não aceito opressão
Abaixa sua voz, abaixa sua mão

Mais respeito
Sou mulher destemida, minha marra vem do gueto
Se tavam querendo peso, então toma esse dueto
Desde pequenas aprendemos que silêncio não soluciona
Que a revolta vem à tona, pois a justiça não funciona
Me ensinaram que éramos insuficientes
Discordei, pra ser ouvida, o grito tem que ser potente

Eu cresci
Prazer, Karol bandida
Represento as mulheres, 100% feminista
Eu cresci
Prazer, Karol bandida
Represento as mulheres, 100% feminista

Represento Nina, Elza, Dona Celestina
Represento Zeferina, Frida, Dona Brasilina
Tentam nos confundir, distorcem tudo o que eu sei
Século XXI e ainda querem nos limitar com novas leis
A falta de informação enfraquece a mente
Tô no mar crescente porque eu faço diferente

Eu cresci
Prazer, Carol bandida
Represento as mulheres, 100% feminista [...]”



A partir da letra de música acima, é INCORRETO afirmar:

- a) "100% feminista" faz referência às diversas formas de violência contra a mulher, dentre as quais, a violência física perpetrada em âmbito doméstico que, no Brasil, tem como principal instrumento de combate normativo a Lei n. 11.340/2006.
- b) Na composição, as funkeiras defendem que a emancipação das mulheres é uma batalha cotidiana de avanços e retrocessos e que, por isso, é preciso confiar nas instituições e repensar as estratégias mais agressivas do movimento feminista, com o propósito de assegurar-lhe legitimidade social.
- c) O feminismo retratado pelas MCs em "100% feminista" pode ser classificado como interseccional, uma vez que reflete "[...] a visão de que as mulheres experimentam a opressão em configurações variadas e em diferentes graus de intensidade. Padrões culturais de opressão não só estão interligados, mas também estão unidos e influenciados pelos sistemas interseccionais da sociedade. Exemplos disso incluem: raça, gênero, classe, capacidades físicas/mentais e etnia" (Kimberlé Crenshaw, 1989).
- d) Na composição, as MCs demonstram a relevância do processo de formação no empoderamento das mulheres negras, acreditando que o acesso à informação e a apresentação de mulheres negras com relevância histórica em diversos campos, dentre eles, o cultural, é de fundamental importância para o despertar crítico.
- e) Na composição, as MCs fazem referência a uma forma específica de violência contra a mulher denominada de gaslight, ou seja, "uma forma de abuso psicológico no qual informações são distorcidas, seletivamente omitidas para favorecer o abusador ou simplesmente inventadas com a intenção de fazer a vítima duvidar de sua própria memória, percepção e sanidade".

Questão 16 - "A hegemonia dos direitos humanos como linguagem de dignidade humana é hoje incontestável. No entanto, esta hegemonia convive com uma realidade perturbadora. A grande maioria da população mundial não é sujeito de direitos humanos."

É objeto de discurso de direitos humanos" (Boaventura de Sousa Santos, Direitos humanos, democracia e desenvolvimento, p. 42).

"É certo que na América Latina não houve leis de eugenia, talvez porque, na época, a fome e a polícia se encarregaram do assunto. Atualmente, continuam morrendo como moscas, de fome ou de doenças curáveis, as crianças indígenas da Guatemala, da Bolívia e do Peru, e são negros 8 de cada 10 meninos assassinados pelos esquadrões da morte nas cidades do Brasil. [...]" (Eduardo Galeano, De pernas para o ar: a escola do mundo ao avesso, p. 64-65).

Acerca dos paradoxos, ilusões e desafios relativos aos direitos humanos, é CORRETO afirmar:

- a) Para Boaventura de Sousa Santos, a concepção hegemônica acerca dos direitos humanos acabou prevalecendo diante das outras gramáticas de dignidade humana em razão de sua superioridade ética e política, tornando-se, hoje, a linguagem universal dos povos.
- b) As concepções críticas acerca dos direitos humanos vislumbram que sua conceituação moderna é um "ponto de chegada", construído a partir da orientação teleológica da história da humanidade que caminha rumo a emancipação de todas as formas de opressão e violência.
- c) O excerto pode ser relacionado com o que se denomina de efeito encantatório dos direitos humanos, que consiste em reiterar discursos acerca da essencialidade e supremacia dos direitos humanos enquanto se perpetram e reiteram práticas violatórias, escamoteando realidades de opressão e violência.
- d) Para as correntes críticas, os direitos humanos são universalmente válidos, independentemente do contexto social, político ou cultural em que operam. Nesse sentido, elas partem de uma concepção individual de natureza humana, tendo como parâmetro de violação exclusivo o contido nos tratados e convenções internacionais dos diferentes organismos de tutela dos DH.
- e) O excerto pode ser relacionado com a temática do relativismo cultural, salientando a horizontalidade das diversas culturas e a necessidade do diálogo



intercultural entre elas, orientado pelo paradigma da tolerância.

Direito Processual Civil

Questão 17 - Sobre o Novo CPC, marque a alternativa correta:

- a) a audiência de conciliação e mediação é uma e contínua, podendo ser excepcional e justificadamente cindida, desde que haja concordância das partes.
- b) o novo CPC, com a possibilidade de julgamento parcial do mérito, inovou na ordem jurídica ao permitir que haja mais de uma sentença na fase de conhecimento de um mesmo processo.
- c) o juiz só pode proferir julgamento antecipado do mérito se a controvérsia for exclusivamente de direito.
- d) uma das hipóteses de concessão de tutela de evidência é a incontrovérsia sobre um (ou alguns) pedido(s).
- e) na motivação das decisões judiciais, no caso de colisão entre normas, o juiz deve justificar o objeto e os critérios gerais da ponderação efetuada, enunciando as razões que autorizam a interferência na norma agastada e as premissas fáticas que fundamentam a conclusão.

Questão 18 – Sobre sentença e coisa julgada, marque a alternativa incorreta:

- a) coisa julgada é a imutabilidade dos efeitos da sentença – atributo que não se confunde com a sua imperatividade.
- b) o pronunciamento judicial que não resolve o mérito não obsta que a parte proponha de novo a ação – ou seja, não faz coisa julgada material.
- c) para que a questão prejudicial decidida na sentença transite em julgado, é necessário que: a questão seja expressamente decidida, que haja contraditório prévio e efetivo e que o juízo tenha competência para resolver a questão como questão principal, não sendo exigido que o julgamento do mérito do processo dependa diretamente da resolução da questão prejudicial.
- d) o STF já admitiu relativizar a coisa julgada em caso em que havia conflito entre a segurança jurídica

(fundamento da coisa julgada) e direitos da personalidade (busca da identidade genética).

e) via de regra, uma sentença tem, obrigatoriamente, três elementos: relatório, fundamentação e dispositivo. Nos juzados especiais cíveis, todavia, o juiz é dispensado de fazer o relatório.

Questão 19 – Considere as seguintes afirmações sobre os atos processuais:

I – as cartas deverão, preferencialmente, ser expedidas por meio eletrônico. Da mesma forma, as intimações deverão, preferencialmente, ser feitas por meio eletrônico.

II- quando a lei prescrever determinada forma, o juiz não poderá considerar o ato válido se, realizado de outro modo, ainda que lhe alcançar a finalidade.

III – as informações divulgadas nos sistemas de internet dos tribunais tem presunção de veracidade e confiabilidade;

IV - umas das novidades do Novo CPC é a possibilidade de as partes celebrarem negócios jurídicos processuais atípicos. Esses negócios jurídicos podem ser plurilaterais (entre as partes e o juiz) ou bilaterais (apenas entre as partes). Nesse último caso, será necessária a homologação do juiz.

V – a citação válida, desde que ordenada por juízo competente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui o devedor em mora.

São verdadeiras apenas as informações constantes nos itens:

- a) I e III.
- b) I, III e IV.
- c) I, III e V.
- d) III, IV e V.
- e) I e IV.

Questão 20 – Sobre as respostas do réu, assinale a alternativa incorreta:

a) é possível a ampliação subjetiva do processo na reconvenção (isto é, a inclusão de terceiro que não é parte na demanda inicial).



- b)** a reconvenção, segundo o CPC/15, deve vir apresentada na mesma peça que a contestação.
- c)** o réu pode propor reconvenção independentemente de oferecer contestação.
- d)** embora seja ônus do réu apresentar impugnação ao valor da causa, o juiz pode, segundo o CPC/15, corrigi-lo de ofício.
- e)** na vigência do novo CPC, não há mais impugnação à concessão de assistência judiciária gratuita. Essa matéria, com o novo código, deve ser alegada em preliminar de contestação.

Questão 21 – Sobre competência, assinale a alternativa correta:

- a)** As fontes normativas sobre competência expressamente citadas pelo CPC são as normas previstas no próprio CPC ou em legislação especial, pelas normas de organização judiciária e, ainda, no que couber, pelas constituições dos Estados e regimentos internos dos tribunais.
- b)** No processo civil, todo juízo terá a competência para o controle de sua própria competência, ainda que seja incompetente para julgar a matéria a ele levada.
- c)** Nos casos de competência nacional concorrente, a ação proposta perante tribunal estrangeiro não induz litispendência e não obsta a que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhe são conexas. Contudo, a pendência de causa perante a jurisdição brasileira impede a homologação de sentença judicial estrangeira quando exigida para produzir efeitos no Brasil.
- d)** A possibilidade do reconhecimento de ofício pelo juiz da ineficácia de cláusulas de eleição de foro quando abusivas, com a consequente remessa dos autos ao foro de domicílio do réu, afasta a preclusão para sua alegação em contestação, permitindo que seja alegada pelo réu a qualquer momento.
- e)** A conexão é uma causa modificativa da competência pela qual se reúnem para processamento e julgamento num mesmo juízo causas que correriam em juízos distintos. Para que as ações sejam conexas exige-se concomitantemente a

semelhança tanto do pedido quanto da causa de pedir entre elas.

Questão 22 - Assinale a alternativa correta:

- a)** O representante legal é alguém que supre a capacidade processual de quem não a detenha para que possa estar em juízo, e, por essa razão, assume a condição de parte.
- b)** Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício. Descumprida a determinação, o processo que estiver na instância originária será extinto, salvo na hipótese de irregularidade da representação do terceiro, que gerará sua exclusão do processo.
- c)** Para que haja a configuração do ato atentatório à dignidade da justiça, com a aplicação da correspondente multa, basta a ocorrência de uma das hipóteses dos incisos do caput do art. 77 do CPC, não sendo necessário o prejuízo à parte. Isso porque trata-se de norma que tutela a atividade jurisdicional e tal multa sequer se reverte para a parte adversa, mas sim para o Estado.
- d)** Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu é indispensável nas hipóteses de ato por ambos praticados, mas é facultativa nos casos de comosse.
- e)** As penas pela litigância de má-fé podem ser aplicadas de ofício pelo juiz.

Questão 23 - assinale a alternativa errada:

- a)** O litisconsórcio poderá ser necessário tanto pela natureza da relação jurídica controvertida quanto por expressa disposição legal. Caso sobrevenha sentença sem a integração do litisconsórcio necessário ela não será necessariamente nula.
- b)** A denúncia da lide é de uma modalidade de intervenção de terceiro provocada, tanto pelo autor quanto pelo réu.
- c)** A limitação quanto ao número de litigantes só se aplica ao litisconsórcio facultativo, e seu requerimento só interrompe o prazo caso o pedido seja deferido.



d) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica implica numa ampliação tanto subjetiva como objetiva do processo.

e) O litisconsórcio unitário pode ser facultativo ou necessário.

Questão 24 - → Sobre Tutela Provisória, considere as seguintes afirmativas:

I - O NCPC estrutura a tutela provisória como gênero da qual são espécies a tutela de urgência (ou antecipada) e a tutela de evidência.

II - Dentre as características da tutela provisória estão a precariedade, a cognição sumária e a inaptidão para formação da coisa julgada.

III- Efetivada a tutela cautelar concedida em caráter antecedente, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de 15 (quinze) dias, caso em que será apresentado nos mesmos autos em que deduzido o pedido de tutela cautelar, não dependendo do adiantamento de novas custas processuais.

IV - Segundo o CPC, os efeitos da tutela antecipada concedida em caráter antecedente pode se estabilizar, desde a parte autora indique expressamente que pretende se valer de tal benefício e que contra a decisão concessiva a parte ré não tenha interposto recurso. Essa estabilização não se confunde com a coisa julgada.

V - Na tutela de evidência, pelos seus próprios requisitos para concessão, notadamente a grande probabilidade do direito alegado, a regra é o deferimento liminar.

Estão corretas:

- a) II e III
- b) II, III e V
- c) I e IV
- d) II e IV
- e) I, IV e V

Direito Civil

Questão 25 - Acerca dos princípios informativos do Código Civil, assinale a alternativa correta:

a) A socialidade busca superar o caráter individualista que preponderava no Código Civil de 1916 e os principais institutos do direito privado passam a receber denotação social, tais como propriedade, posse e contrato, ressalvando, no entanto, o direito de família.

b) À luz da função social do contrato, o STJ entende que é abusiva a cláusula contratual de plano de saúde que limita no tempo a internação hospitalar do segurado.

c) Ainda que o princípio da eticidade seja consagrado, delineando a interpretação jurídica a partir dos valores éticos, não é possível afirmar que os juízes passam a ter maior amplitude de interpretação no âmbito do Código Civil de 2002.

d) Para a doutrina, de forma pacífica, a técnica legislativa das cláusulas gerais fomentam a discricionariedade judicial, dando margem aos denominados “juízes ditadores”.

e) O princípio da operacionalidade está relacionado à solução de problemas abstratamente previstos, independentemente de sua expressão concreta e simplificada.

Questão 26 – No que diz respeito à pessoa e aos direitos da personalidade, é correto afirmar que:

a) De acordo com o ordenamento jurídico, a pessoa adquire direitos com o registro do assento de nascimento, ato constitutivo de direitos.

b) O Código Civil, em seu artigo 2º, ao prever que “a personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro”, adotou de forma incontestável a teoria natalista.

c) De acordo com o Código Civil, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer qualquer limitação voluntária.

d) O nome social é o prenome pela qual a pessoa se reconhece e é identificada em sua comunidade. Atualmente existem disposições legais que determinam o tratamento da pessoa pelo prenome indicado, porém, dos atos oficiais escritos deverá



constar somente o nome civil, sendo vedado o uso do nome social.

e) A alteração judicial de prenome de pessoa transexual independe da realização prévia da cirurgia de transgenitalização, à luz do princípio da dignidade da pessoa humana, consubstanciado no direito à felicidade.

Questão 27 - Acerca do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), considere as assertivas a seguir:

I - A lei 13.146/2015 foi decorrência direta da Convenção de Nova York e seu Protocolo Facultativo, únicos tratados internacionais de Direitos Humanos que possuem status equivalente ao de emenda constitucional.

II - De acordo com o Estatuto, a pessoa com deficiência é aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

III - Com relação ao direito à educação, o Estatuto prevê que às instituições privadas de ensino recaem diversas obrigações, dentre elas criar, desenvolver, implementar e incentivar o acesso da pessoa com deficiência em igualdade de condições por meio da oferta de profissionais de apoio escolar, sendo facultado, para tanto, a cobrança de valores adicionais na mensalidade.

IV - A partir da vigência do Estatuto, houve alteração no âmbito da teoria das incapacidades, prevista no Código Civil, e as pessoas com deficiência foram removidas do rol dos absolutamente e dos relativamente incapazes.

V - A curatela, medida protetiva extraordinária, poderá afetar todos os atos relacionados ao direito de natureza patrimonial, negocial e pessoal do sujeito.

Estão incorretas as alternativas:

- a) I e V
- b) II e III
- c) II e IV

d) III

e) III e V

Questão 28 - Assinale a alternativa correta sobre as pessoas jurídicas:

a) Diante do desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, o juiz poderá instaurar a desconsideração da personalidade jurídica, que importa na dissolução da sociedade, para todos os efeitos.

b) A pessoa jurídica é responsável pela reparação civil de danos que seus empregados causarem a terceiros no exercício do trabalho que lhes competir, se comprovada a culpa da empregadora.

c) Ocorre a desconsideração inversa quando é afastado o princípio da autonomia patrimonial da pessoa jurídica para responsabilizar a sociedade por obrigação contraída pelo sócio quando, por exemplo, para desincumbir-se do dever de partilha em divórcio, registra bens pessoais em nome da pessoa jurídica para prejudicar o ex-cônjuge.

d) A jurisprudência é pacífica ao vedar o desmembramento do imóvel caracterizado como bem de família para efeitos de penhora à luz da dignidade da pessoa humana.

e) A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado se inicia com a inscrição do ato constitutivo do respectivo registro, sendo exigível, em regra, autorização estatal para a sua criação.

Questão 29 - A respeito do negócio jurídico, marque a alternativa incorreta:

a) De acordo com a regra geral, os negócios jurídicos se formam pela simples vontade, restringindo os atos formais ou solenes à previsão legal ou mediante a autonomia da vontade dos contratantes.

b) Nos termos do Código Civil, a manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.

c) As hipóteses de anulabilidade do negócio jurídico são somente duas, quais sejam, a incapacidade relativa do agente e o defeito do negócio jurídico.



d) Configura-se o estado de perigo quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano, assume obrigação excessivamente onerosa, independentemente do conhecimento da parte contrária.

e) A inexperiência, requisito para configurar o vício da lesão no negócio, pode estar presente também quando o lesado estipula contratos costumeiramente, desde que não tenha conhecimento específico sobre o negócio em causa.

Questão 30 - No que se refere à responsabilidade civil, assinale a alternativa correta:

a) No âmbito da teoria do risco administrativo, as pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, nesta qualidade, causarem a terceiros. Diante da omissão do Estado, no entanto, a jurisprudência é pacífica ao exigir que a vítima tenha o ônus probatório de demonstrar a culpa, por tratar-se de responsabilidade subjetiva.

b) A teoria do risco-proveito, modalidade de responsabilidade objetiva, é adotada nas situações em que o risco decorre de uma atividade lucrativa.

c) Tanto na culpa presumida, como na responsabilidade objetiva se o réu provar que não teve culpa, não responderá.

d) A responsabilidade civil do incapaz, de acordo com os termos do art. 928 do Código Civil, é solidária, e também deve ser equitativa, mantendo-se o patrimônio mínimo.

e) Pessoa que, por simples cortesia, transportava seu colega, vindo a colidir seu veículo, por culpa leve, causando grave lesão no colega transportado, será civilmente responsável pelos danos.

Questão 31 - De acordo com o entendimento jurisprudencial, no âmbito da responsabilidade civil, assinale a alternativa incorreta:

a) As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias.

b) Não há como responsabilizar a instituição financeira na hipótese em que o assalto tenha

ocorrido fora das dependências da agência bancária, em via pública, sem que tenha havido falha na segurança interna.

c) O banco responde objetivamente pelos danos causados ao correntista por conta da compensação de cheque falsificado, sem culpa do cliente, ainda que a falsificação seja sofisticada.

d) Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito sempre cabe indenização por dano moral por violar o princípio à dignidade da pessoa humana.

e) A mera quebra de um contrato ou o mero descumprimento contratual não gera dano moral, salvo se o descumprimento envolve valores fundamentais protegidos pela Constituição Federal.

Questão 32 - Acerca dos direitos das obrigações, avalie as assertivas abaixo:

I – A relação jurídica obrigacional compõe-se de débito e responsabilidade, consubstanciado o primeiro em um direito subjetivo do credor à prestação, e o segundo, em uma garantia ao credor derivada de eventual inadimplemento.

II – Diante da mora do devedor na obrigação de dar coisa certa, o ordenamento aplica a teoria do risco integral na responsabilidade objetiva, ou seja, o devedor não se exonera da obrigação de indenizar mesmo que exclua o nexos causal, ainda que o dano sobreviesse quando a obrigação fosse oportunamente desempenhada.

III – A obrigação de não fazer sempre consiste em uma prestação infungível.

IV – No âmbito das obrigações alternativas, se uma das prestações perecer, com culpa do devedor, a solução será, em qualquer caso, a conversão em perdas e danos.

V – Tratando-se de obrigação indivisível com pluralidade de credores, se um deles remitir a dívida, a obrigação não ficará extinta para com os outros, mas estes só poderão exigí-la do devedor mediante o pagamento da quota do credor remitente.

Estão corretas as alternativas:

a) I e V

b) b) III e V



- c) c) I, II e III
- d) d) II e IV
- e) e) I, III e V

Filosofia e Sociologia

Questão 33 - Na obra “Teoria da Norma Jurídica”, Norberto Bobbio, ao analisar o tema da linguagem e suas funções, sustenta que a norma jurídica pertence à categoria geral das

- a) proposições descritivas, na medida em que descreve o comportamento que deve ou não ser seguido.
- b) proposições expressivas, uma vez que almeja mudar o estado de ânimo do destinatário para que ele siga o comportamento indicado.
- c) proposições prescritivas, haja vista que visa influenciar o comportamento alheio para modificá-lo.
- d) proposições científicas, pois o direito, como conjunto uno, completo e coerente de normas, deve ser visto como uma ciência natural.
- e) proposições exortativas, porque se utiliza igualmente de todas as funções linguísticas para assegurar maior eficácia em seu cumprimento.

Questão 34 - A teoria dos imperativos impessoais, de Karl Olivecrona, exposta no livro “Teoria da Norma Jurídica”, de Norberto Bobbio, defende que o direito é formado por:

- a) um conjunto de comandos, os quais pressupõem a existência bem definida da pessoa que comanda (Estado) e das pessoas que são comandadas (súditos).
- b) comandos e prescrições do tipo impessoal, pois, embora sempre definida a pessoa que comanda, as pessoas a quem a norma se dirige, por vezes, não são estabelecidas de forma clara.
- c) imperativos impessoais, haja vista que na lei falta a pessoa a quem o comando se dirige, pois se trata de um conjunto difuso de entes, que não podem ser unidos sob um único signo.
- d) imperativos pessoais, os quais se caracterizam pela presença do Estado como ente do qual emanam todas as normas jurídicas, diferindo-se, assim, dos demais imperativos, que seriam impessoais.

e) imperativos impessoais, haja vista que na lei faltaria a pessoa que comanda, tanto que, desejando encontrá-la, os juristas tiveram que personificar o Estado.

Questão 35 - Em sua teoria do ordenamento jurídico, Norberto Bobbio aborda as questões envolvendo os aspectos da unidade, coerência e completude do ordenamento. Com relação ao aspecto da unidade, a pressuposição de uma norma fundamental como fundamento de validade e, ao mesmo tempo, princípio unificador das normas de um ordenamento jurídico, diz respeito ao problema:

- a) da hierarquia.
- b) das lacunas.
- c) da incompletude.
- d) das antinomias.
- e) da analogia.

Questão 36 - “Ora, é nesse ponto, manifestamente, que se reúnem todos os nossos problemas, pois que esse pressuposto escapa a qualquer demonstração por meios científicos. Não é possível interpretar o sentido último desse pressuposto – impõe-se, simplesmente, aceitá-lo ou recusá-lo, conforme as tomadas de posição pessoais, definitivas, face à vida. [...] E isso não apenas porque esses conhecimentos nos permitem atingir certos resultados técnicos, mas, sobretudo, porque tais conhecimentos têm um valor “em si”, na medida, precisamente, em que traduzem uma “vocaçãõ”. Pessoa alguma poderá, entretanto, demonstrar esse pressuposto. E menos ainda se poderá provar que o mundo que esses conhecimentos descrevem merece existir, que ele encerra sentido ou que não é absurdo habitá-lo.”

Nos trechos acima, retirados do ensaio “A Ciência como Vocaçãõ”, Max Weber refere-se a um dos pressupostos gerais de todo trabalho científico. O pressuposto a que faz referência é o de:

- a) validade de todas as normas estabelecidas pela ciência natural.
- b) que o resultado a que o trabalho científico leva é importante em si.



- c) falseabilidade dos resultados obtidos pela ciência.
- d) previsibilidade dos axiomas firmados pela teoria científica.
- e) que a ciência possa responder a qualquer problema que lhe fora apresentado.

Questão 37 - O poder disciplinar, tratado por Michel Foucault, na obra “Vigiar e Punir”, tem como objetivo maior “adestrar” o indivíduo. O sucesso desse poder disciplinar, segundo o filósofo, depende do uso de três instrumentos, quais sejam

- a) a composição das forças, a repartição do espaço e a acumulação do tempo.
- b) a prisão, o panóptico e a tecnologia.
- c) o suplício, a tortura e o ritualismo.
- d) a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame.
- e) a microfísica do poder, as micropenalidades e o isomorfismo reformista.

Questão 38 - “O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar.”

No trecho do livro “Vigiar e Punir”, reproduzido acima, Michel Foucault descreve a figura arquitetural do Panóptico idealizado por Jeremy Bentham. Segundo o filósofo francês, o efeito mais importante do Panóptico é

- a) exercer efetiva vigilância sobre o detento, com diminuição dos gastos para o Estado, proporcionando melhor custo-benefício à economia do poder.
- b) isolar os detentos, privando-os de relações sociais, com o escopo de cultivar neles maior disciplina moral, visando sua reinserção social.

- c) agrupar o maior número de detentos no menor espaço possível, potencializando o exercício do poder disciplinar.

- d) induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder.

- e) ressocializar o indivíduo desviante, através de um sistema voltado para sua recuperação moral e social.

Questão 39 - Na obra “O que é Justiça?”, Hans Kelsen contrapõem ao princípio da causalidade, ligado às leis naturais, outro princípio referente às regras por meio das quais a ciência jurídica descreve o Direito. Tal princípio é denominado pelo autor de

- a) retribuição.
- b) imperatividade.
- c) validade.
- d) normatividade.
- e) imputação.

Questão 40 - “Este modo de teorizar o direito [...], se é verdade que se desenvolveu a partir de uma experiência própria, ditada pelo trato com os conflitos e suas soluções, nem por isso deixa de representar uma forma peculiar de ‘ciência’ jurídica. A palavra ciência vem aí entre aspas, porque não é empregada no sentido da ciência moderna, mas com o significado mais amplo de saber, saber prático, ao qual, porém, não falta certo senso de rigor na própria construção de uma terminologia jurídica. [...] Sua técnica dicotômica de construir conceitos, quase sempre na forma de pares – ‘actio in rem’ e ‘actio in personam’, ‘res corporales’ e ‘res incorporales’, ‘jus publicum’ e ‘jus privatum’ – e denominada ‘divisio’, não foi, porém, um produto da práxis pura e simplesmente, mas teve influência de modelos de ‘ciências’ já constituídas entre os gregos, como a filosofia, a gramática e a retórica.”

A passagem supracitada, inserta no bojo do panorama histórico da ciência do direito, traçado por Tércio Sampaio Ferraz Junior, no livro “A Ciência do Direito”, refere-se:

- a) à jurisprudência romana.



- b) aos glosadores.
- c) aos jusnaturalistas da era moderna.
- d) à escola histórica.
- e) aos positivistas.

Direito Penal e Criminologia.

Questão 41 - Felix, primário, foi preso em flagrante pelo crime de roubo e permaneceu encarcerado até a data da sentença, que foi prolatada um ano depois dos fatos. Ao final, foi condenado à pena de 4 anos e 6 meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, sem direito a sursis e à substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

- a) Considerando a pena fixada (superior a 4 e igual ou inferior a 8 anos) e a primariedade do sentenciado, o regime estabelecido foi o correto.
- b) Era possível a fixação de regime inicial aberto.
- c) A sentença se equivocou ao não substituir a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.
- d) O regime inicial adequado era o fechado, dada a gravidade do crime de roubo.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

Questão 42 - Sobre o dolo, responda:

- a) Para a teoria causal-naturalista, o elemento subjetivo encontra-se na antijuridicidade.
- b) Para a teoria finalista, o elemento subjetivo encontra-se na culpabilidade.
- c) O dolo eventual prescinde do elemento volitivo, bastando que haja representação do possível resultado criminoso.
- d) O indivíduo que, após embriagar-se, passa a dirigir veículo automotor e o choca contra um poste, causando a morte de seu irmão, deve responder por homicídio doloso (na modalidade dolo eventual), sendo possível aplicar-lhe o perdão judicial.
- e) De acordo com a jurisprudência do STJ, o desígnio autônomo que transforma o concurso formal em impróprio engloba o dolo direto e o dolo eventual.

Questão 43 - Assinale a alternativa correta:

- a) A seletividade penal é estrutural do sistema penal e abrange apenas a criminalização primária.
- b) A seletividade penal só ocorre nas sociedades subdesenvolvidas, nas quais o nível de desigualdade social é assombroso.
- c) A criminalização primária é promovida pelo Poder Legislativo e a criminalização secundária é iniciada pelo Poder Judiciário.
- d) A cifra negra (ou oculta) da criminalidade é a diferença entre a criminalização primária e os crimes efetivamente cometidos.
- e) A seletividade é estrutural a qualquer sistema penal e se fundamenta em alguns critérios, sendo o principal deles o estereótipo.

Questão 44 - Sobre a culpabilidade:

- a) A culpabilidade do autor é adotada pelo art. 59 do CP, o que é questionável da perspectiva constitucional.
- b) A culpabilidade do fato não deve impedir a utilização da reincidência como circunstância agravante.
- c) De acordo com a teoria da culpabilidade por vulnerabilidade, aqueles indivíduos pouco vulneráveis ao poder punitivo, que fazem um grande esforço para atingir a situação de criminalização secundária, devem ter uma pena maior da que seria recomendável pela culpabilidade do fato.
- d) Exclui-se a culpabilidade quando o indivíduo age em estado de necessidade justificante.
- e) A culpabilidade tem influência na fixação das medidas de segurança.

Questão 45 - Sobre a prescrição, responda:

- a) A prescrição da pretensão punitiva intercorrente tem como termo inicial a data do trânsito em julgado para o Ministério Público.
- b) O acórdão meramente confirmatório da sentença penal condenatória não interrompe o lapso prescricional.
- c) A suspensão do processo pelo art. 366 do CPP (réu não encontrado para ser citado pessoalmente)



ocasiona a suspensão da prescrição por prazo indeterminado.

d) De acordo com o Código Penal, a prescrição da pretensão executória não se interrompe com a reincidência.

e) De acordo com o Código Penal, a redução do prazo prescricional pela metade ocorre sempre que o indivíduo for menor de 21 anos na data dos fatos ou maior de 60 na data da sentença.

Questão 46 - Sobre saúde mental e sistema penal, considerando o advento da Lei de Reforma Psiquiátrica, responda:

a) O Código Penal, desde 1984, adota o sistema do duplo binário, isto é, não é possível a aplicação de pena cumulada com medida de segurança.

b) De acordo com entendimento jurisprudencial, o tratamento ambulatorial jamais poderá ser imposto ao inimputável absolvido impropriamente por furto, visto que a pena cominada a tal delito é de reclusão.

c) Há tese institucional da Defensoria Pública asseverando que a internação involuntária prevista na Lei 10.216/01 equivale à medida de segurança.

d) O conceito de periculosidade pode ser levado em consideração no momento da aplicação da pena.

e) As espécies de medida de segurança são a internação e o tratamento ambulatorial, devendo esta ser preferida em detrimento daquela.

Questão 47 - Assinale a alternativa incorreta:

a) No cálculo prescricional, deve-se desprezar a causa de aumento de pena decorrente da aplicação do crime continuado.

b) O concurso formal impróprio pressupõe a existência de duas ou mais condutas, com dois ou mais resultados, todos decorrentes de desígnios autônomos.

c) De acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, exige-se um elemento subjetivo para o reconhecimento da continuidade delitiva.

d) Nos tipos penais mistos alternativos, nos crimes permanentes e nos crimes habituais, não há que se falar em pluralidade delitiva.

e) É possível a aplicação da continuidade delitiva, ainda que se trate de vítimas diversas.

Questão 48 - Em relação à teoria geral do direito penal, responda, com base no pensamento de Zaffaroni, o seguinte:

a) A teoria agnóstica entende que as funções reais da pena são falsas ou não generalizáveis; por outro lado, as finalidades declaradas não podem ser conhecidas, dado o limitado conhecimento humano.

b) O direito penal tem a função de proteger bens jurídicos relevantes.

c) De acordo com a teoria da prevenção especial positiva, a finalidade precípua da pena é a contenção das pessoas perigosas, em prol da defesa social.

d) A teoria da prevenção geral negativa sofre a crítica de confundir os efeitos da pena com os efeitos da sanção jurídica e da ética geral. Além disso, no extremo, permite o aumento desproporcional de penas sob o pretexto de reduzir a criminalidade.

e) O poder punitivo é exercido pelos juízes, cuja função é, mediante a utilização do direito penal, reduzir a criminalidade.

Processo Penal

Questão 49 - Quanto às medidas cautelares previstas no CPP, responda:

a) A prisão preventiva pode ser imposta sempre que necessária à garantia da ordem pública, da ordem econômica, à conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, independentemente da pena cominada ao delito ou da reincidência do acusado.

b) A prisão em flagrante é medida pré-cautelares, só persistindo enquanto não houver decisão do Judiciário que, nos termos do art. 310 do CPP, pode relaxá-la, conceder liberdade provisória ou convertê-la em prisão preventiva.

c) De acordo com o CPP, é possível a aplicação de medidas cautelares de ofício, inclusive no curso do inquérito policial, a despeito das críticas de alguns doutrinadores que sustentam a inconstitucionalidade deste procedimento em decorrência do sistema acusatório.



d) É possível a substituição da prisão preventiva por domiciliar para a mulher com filho de até 12 anos de idade incompletos, desde que seja a única responsável pela criança.

e) Não há possibilidade de se conceder isenção da fiança ao indiciado ou réu defendido pela Defensoria Pública.

Questão 50 - Sobre os princípios constitucionais:

a) É possível, com fundamento no princípio da proporcionalidade, a utilização de provas ilícitas para sustentar uma condenação.

b) O princípio do duplo grau de jurisdição está explícito na Constituição Federal e envolve apenas a possibilidade de revisão pela superior instância de matéria exclusivamente jurídica, não fática.

c) O silêncio do réu não constitui prova contra ele, mas pode ser utilizado em seu desfavor como indício.

d) A presunção de inocência é regra de tratamento e regra de julgamento, ou seja, não pode o réu, antes do trânsito em julgado, ser tratado como culpado, além de se impor todo o ônus da prova ao acusador.

e) O princípio da razoável duração do processo é mera construção doutrinária sem reflexos práticos ou normativos.

Questão 51 - Sobre a ampla defesa:

a) A autodefesa é irrenunciável, mas a defesa técnica não é.

b) O direito à assistência gratuita por um intérprete está abrangido pela ampla defesa.

c) O acusado preso tem direito de conversar com o seu defensor, desde que acompanhado por agente de segurança pública.

d) É possível, em regra, a utilização de elementos informativos do inquérito policial como provas para sustentar uma condenação.

e) A mentira não está abrangida no direito à ampla defesa, sujeitando o réu às consequências legais.

Questão 52 - Assinale a alternativa correta em relação ao inquérito policial:

a) Para a maioria da doutrina, o art. 21 do CPP, que prevê a possibilidade de o preso ficar incomunicável por até 3 dias, foi recepcionado pela Constituição Federal.

b) O indiciamento é ato privativo da Autoridade Policial, mas o Judiciário pode anular esse ato administrativo em caso de nulidade.

c) O relatório do inquérito policial pode conter juízo de valor do delegado.

d) O Ministério Público, ao receber o inquérito policial, pode determinar a realização de diligências à Autoridade Policial, ainda que prescindíveis ao oferecimento da denúncia.

e) O arquivamento do inquérito é ato privativo da Autoridade Policial.

Questão 53 - No que diz respeito às ações penais, responda:

a) Vigora o princípio da obrigatoriedade tanto nas ações de iniciativa pública quanto nas ações de iniciativa privada.

b) Aplica-se o princípio da indivisibilidade nas ações de iniciativa privada.

c) Em se tratando de ação pública condicionada à representação, é possível a instauração de inquérito policial mesmo sem a manifestação de vontade da vítima; no entanto, para a propositura da ação, exige-se aquela manifestação.

d) A jurisprudência dos Tribunais Superiores aceita o denominado arquivamento implícito.

e) É desnecessária a representação da vítima quando se trata de crime de ameaça praticado no contexto de violência doméstica.

Questão 54 - Sobre os procedimentos, responda:

a) Se, após a primeira fase do procedimento do Júri, o juiz presidente entender que não se trata de crime doloso contra a vida, pode sentenciar imediatamente, sem a necessidade de remeter os autos ao Conselho de Sentença ou a outro Juízo.

b) A Lei 9.099/95 considera crime de menor potencial ofensivo aquele cuja pena mínima cominada ao delito seja igual ou inferior a 1 ano.



c) É possível a suspensão condicional do processo aos crimes cujas penas máximas sejam iguais ou inferiores a 2 anos.

d) A Lei 11.340/06 exige, para os crimes envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher, que a retratação de eventual representação se dê perante o juiz.

e) O interrogatório deve ser o primeiro ato do procedimento ordinário.

Questão 55 - Assinale a alternativa incorreta:

a) É possível o aditamento da denúncia quando, no decorrer da instrução, surgirem provas que indiquem a existência de crime diverso do narrado inicialmente.

b) O princípio da correlação entre acusação e sentença garante o contraditório, a ampla defesa, a imparcialidade e o sistema acusatório.

c) De acordo com dispositivo expresso no CPP, é possível a condenação do réu ainda que haja pedido de absolvição pelo Ministério Público nas alegações finais, o que é bastante criticado por parte da doutrina tendo em vista a adoção, pela CF, do sistema acusatório.

d) O juiz pode dar nova definição jurídica ao fato narrado pelo órgão acusatório, ainda que, para isso, valha-se de elemento não contido na denúncia, desde que devidamente provado em Juízo.

e) O recurso do Ministério Público contra a sentença absolutória não tem efeito suspensivo.

Questão 56 - Assinale a alternativa correta:

a) Entende-se em flagrante delito a pessoa que é encontrada logo após o crime e é reconhecida pela vítima.

b) Guardas civis metropolitanos podem realizar abordagem em indivíduos, desde que haja suspeita fundada, a fim de buscar drogas e armas.

c) A “confissão informal” dada pelo suspeito ao policial militar, antes de seu interrogatório formal, não viola qualquer dispositivo constitucional ou legal, podendo ser utilizado como prova.

d) A prisão temporária tem prazo determinado.

e) A prisão preventiva pode ser decretada ainda que não haja indícios suficientes de autoria, desde que seja indispensável para as investigações e estejam preenchidos os requisitos da Lei 7690/89.



Folha de respostas.

Nome do (a) aluno (a): _____

Não rasure. Não haverá possibilidade de trocar essa folha de respostas (lembre-se: estamos simulando uma situação real de prova).

1	A	B	C	D	E
2	A	B	C	D	E
3	A	B	C	D	E
4	A	B	C	D	E
5	A	B	C	D	E
6	A	B	C	D	E
7	A	B	C	D	E
8	A	B	C	D	E
9	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E
16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E

20	A	B	C	D	E
21	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E
24	A	B	C	D	E
25	A	B	C	D	E
26	A	B	C	D	E
27	A	B	C	D	E
28	A	B	C	D	E
29	A	B	C	D	E
30	A	B	C	D	E
31	A	B	C	D	E
32	A	B	C	D	E
33	A	B	C	D	E
34	A	B	C	D	E
35	A	B	C	D	E
37	A	B	C	D	E
38	A	B	C	D	E

39	A	B	C	D	E
40	A	B	C	D	E
41	A	B	C	D	E
42	A	B	C	D	E
43	A	B	C	D	E
44	A	B	C	D	E
45	A	B	C	D	E
46	A	B	C	D	E
47	A	B	C	D	E
48	A	B	C	D	E
49	A	B	C	D	E
50	A	B	C	D	E
51	A	B	C	D	E
52	A	B	C	D	E
53	A	B	C	D	E
54	A	B	C	D	E
55	A	B	C	D	E
56	A	B	C	D	E